



Anais da Assembleia

N. 125

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 107.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretaria da pelos Senhores Deputados Péricles Pacheco e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtor Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Cameiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin Edmar Luiz Costa, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrazi Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gemote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hernas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achar-se em licença o Senhor Deputado Roberto Requião.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO – Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de preferência ao Projeto de Lei n. 278/85.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de preferência à votação do Projeto de Lei n. 257/85.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de preferência de votação ao Projeto de Lei n. 238/85.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985

EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Casa, de um voto de congratulação ao doutor Adolpho Krüger Pereira, nomeado recentemente para o cargo de Desembargador por ato governamental.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

São plenamente dispensáveis quaisquer justificativas em torno da figura do ilustre magistrado.

Sua folha de serviços emprestada à magistratura paranaense, ao longo de 26 anos, atesta o mérito do ato lavrado pelo Senhor Governador do Estado.

Assim, o voto de congratulações ora requerido possa configurar também o júbilo e o reconhecimento desta Casa ao Meritíssimo Juiz de Direito pelo seu trabalho e incontestável atuação em favor da Justiça.

Está de parabéns o Tribunal de Justiça do Paraná, enriquecido com o nome de seu novo desembargador. De parabéns também está a comunidade judiciária de nossa terra com a inscrição do nome de seu ilustre filho Adolpho Krüger Pereira.

Pede-se dar ciência do presente ao homenageado, estendendo os cumprimentos à sua digníssima família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de regozijo pela investidura do jurista paranaense René Ariel Dotti, no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, dando-se ciência da aprovação deste ao referido Conselheiro.

JUSTIFICATIVA:

É com justo orgulho que a população paranaense recebe a investidura do renomado jurista paranaense René Ariel Dotti no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O presente requerimento tem por objetivo incentivar o representante de nosso Estado no desempenho das elevadas atribuições que lhe foram deferidas pelo Governo da Nova República.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da presente sessão, de um voto de solidariedade ao "Jornal do Estado", quando da invasão de sua redação, por policiais da Divisão de Segurança e Informação.

O caráter arbitrário que teve a invasão do "Jornal do Estado" é lamentável sobre todos os pontos de vista, principalmente quando prega o "Governo transparente" e "participativo" da Nova República. Medidas dessa natureza, não foram cometidas nem mesmo durante a vigência do AI-5, nos anos da exceção democrática.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência à Direção do "Jornal do Estado", na pessoa de seu Diretor-Presidente, doutor Roberto Barrozo, como também ao senhor Abdo Aref Kudri, Digníssimo Presidente da Associação das Empresas Proprietárias de Jornais Diários e Revistas do Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) FUAD NACLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 301/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a entidade "Templo Espiritualista Filhos de Iemanjá" de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, comarca de Curitiba - Pr. e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente à matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 302/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - O Poder Executivo fica autorizado a transformar em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Parágrafo único - A Instituição passará a se denominar FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE CASCAVEL, permanecendo a sigla "FECIVEL".

Art. 2.º - Os dispositivos constantes do Estatuto da Fundação permanecerão em vigência na sua totalidade, para todos os efeitos legais, adaptados à nova situação jurídica.

Art. 3.º - Os procedimentos necessários à transformação, objeto desta lei, serão adotados a partir do ano de 1987.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário enfatizar o quanto representam o município de Cascavel e a região Oeste para a economia estadual, uma vez que lá se localiza a maior produção agrícola paranaense. No entanto, Cascavel e região pouco têm recebido em troca.

Cascavel sedia e mantém a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras, criada em 1971 com apenas quatro cursos. Hoje mantém nove cursos, mais as habilitações, atendendo a um universo acadêmico constituído de mais de 2 mil universitários. O que é importante: alunos de várias cidades circunvizinhas diariamente se deslocam a Cascavel para frequentarem a FECIVEL, numa demonstração inequívoca da importância desse estabelecimento na formação de profissionais para a região.

Mantida pelos recursos oriundos dos cofres municipais e pelas semestralidades cobradas dos alunos, a FECIVEL ocupa, no presente, um lugar de destaque entre as instituições de ensino superior do Paraná, graças a sua estrutura físico-organizacional-didática, aliada ao preparo do seu corpo docente, reconhecido como dos mais competentes.

A participação e integração da FECIVEL na vida comunitária tem-se feito sentir pelos projetos específicos que desenvolve nos setores educacionais, de saúde e agrícola. Em sua existência, o estabelecimento capacita profissionais para atuarem na área de ensino e para o exercício de atividade liberal, e desenvolve projetos especiais de saúde em bairros carentes, cursos de extensão curricular, aperfeiçoamento profissional, projetos rurais e atividades culturais de formas variadas.

É sabido o estrangulamento financeiro que sufoca as municipalidades brasileiras e Cascavel não é exceção. A Prefeitura cascavelense, suprimindo financeiramente a maior parte do orçamento da FECIVEL, não mais tem como manter o ensino superior quase que única e exclusivamente por seus próprios recursos.

Cascavel será a terceira cidade do Paraná no final da década, em termos demográficos, passando para trás Maringá e Ponta Grossa, perdendo apenas para Londrina e Curitiba. No entanto, em Maringá, Ponta Grossa e Londrina o Estado mantém estabelecimentos de ensino superior, a nível da Universidade. Em outros dez municípios, existem Faculdades mantidas com recursos estaduais.

Vê-se claramente, diante do exposto, que são muitos os argumentos a justificar a encampação pelo Governo do Paraná da FECIVEL. Existem outros, cuja descrição aqui alongaria em demasia a presente exposição.

Ademais, o Governador José Richa comprometeu-se perante a comunidade de Cascavel, em audiência realizada com suas principais autoridades, em 1984, que lutaria pela federalização da FECIVEL, com sua transformação em Universidade do Oeste, e, esgotada essa possibilidade, no final do seu mandato estadualizaria a Instituição.

Desta forma, colocamos o presente plano de lei à sábia apreciação dos nobres companheiros desta Casa, certos de que receberemos o indispensável apoio à sua aprovação, para superior sanção do Senhor Governador José Richa.

O PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, concedo a palavra à Liderança do PMDB. (Declina). Liderança do PDS. (Declina). Frente Liberal.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 110/85, (Mensagem n. 147/85 — ex-Proposição n. 130/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 03/10/84, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e o Município de Cascavel, objetivando apoiar a municipalidade na conscientização da comunidade quanto ao valor das atividades culturais e desportivas.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 111/85, (Mensagem n. 144/85 — ex-Proposição n. 126/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, em 26/06/85, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR—Programa de Investimentos em Transportes Urbanos, na implantação de melhorias na rede viária.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 112/85, (Mensagem n. 133/85 — ex-Proposição n. 121/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Revigoração dos convênios datado em 05/07/85, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, com participação da COMEC.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 113/85, (Mensagem n. 148/85 — ex-Proposição n. 131/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, de 29/11/79 e do termo aditivo de 16/05/83, objetivando aplicação de recursos do PEME com vistas à implantação de módulos esportivos nos municípios que especifica.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 131/85, (ex-Proposição n. 04/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as prestações de contas dos Senhores Deputados, dotação de Subvenção Social, referentes ao exercício de 1984. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 238/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 180/85), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 2.708.087.000 (dois bilhões, setecentos e oito milhões, oitenta e sete mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da

Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR
Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 278/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 198/85), que autoriza o Poder Executivo abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 2.650.000.000 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial — DETO, destinado a cobrir despesas de custeio e de capital. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 245/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 245/84

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, está devidamente registrada no Cartório competente desde 26.11.1979, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, promovendo tão somente o conagração, a aproximação, cordialidade, cooperação, camaradagem e o desenvolvimento das tendências naturais da sociabilidade pela prática de atividade de caráter social, recreativo, cultural e esportivo.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei a apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal e sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 245/85

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa tem por finalidade declarar de utilidade pública e “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n. 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à

sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 100/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que equipara a doença profissional ao acidente em serviço, para efeito da pensão especial de que trata o item II, do Art. 260, da Lei n. 6.174, de 16/11/70, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – (Publicado no D.A. 52, de 05/06/85). Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 100/85

O Deputado Adhail Sprenger Passos, em projeto de sua lavra, procura equiparar ao acidente em serviço a doença profissional para efeito de pensão especial e dá outras providências.

Embora compreendamos que com a iniciativa o nobre Autor pretenda minorar o soffimento de inúmeros funcionários públicos, estaduais e familiares atingidos pelo infortúnio de ver um de seus membros privado do bem maior, que é a saúde, por causa de uma doença profissional, tal medida fere preceitos constitucionais contidas nos Artigos 25 e 47 da Carta Magna Paranaense.

Assim sendo, constatada a sua inconstitucionalidade, manifestamo-nos contrários à aprovação da matéria, salientando que nos reservamos o direito de votar favoravelmente a mesma, caso o seu Autor queira transformá-la em requerimento de sugestão ao Chefe do Poder Executivo, a quem compete privativamente iniciar processo legislativo de lei sobre o assunto.

O Parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 100/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, o projeto de lei em tela tem por finalidade equiparar a doença profissional ao acidente em serviço, para efeito da pensão especial de que trata o item II, do art. 260, da Lei n. 6.174, de 16/11/70, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Finanças, a que é chamada a opinar, temos que o projeto em si não encontra qualquer entrave que possa obstaculizar a sua tramitação por esta Casa, quanto ao seu aspecto financeiro.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1985.

(aa) ERVIN BOSKOSKI – Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO – Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) – Está retirado da Ordem

do Dia por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n. 100/85. –

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 158/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA COPEL” – A.A.P.C., com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado. (Publicado no D.A. n. 78, de 20 de agosto de 1985).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 158/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL – A.A.P.C., com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria – Lei n. 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo Autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;

ODENI MONGRUEL – Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 168/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES E AMIGOS DE INTERNOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO” – AFAIESP, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado. (Publicado no D.A. n. 79, de 21/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 168/85

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado ANIBAL KHURY, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES E AMIGOS DE INTERNOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO” – AFAIESP, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria – Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo Autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;

AMÉLIA HRUSCHKA – Relator.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 171/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE

GOIOERÊ", com sede e foro no município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publicado no D.A. 81, de 26 de agosto de 1985.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 171/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado RUBENS BUENO, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE GOIOERÊ", com sede e foro no município de Goioerê.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 174/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FISCALIS FAZENDÁRIOS APOSENTADOS DO PARANÁ - A.F.F.A.P.", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 83, de 28.08.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 174/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FISCALIS FAZENDÁRIOS APOSENTADOS DO PARANÁ - A.F.F.A.P.", com sede e foro nesta Capital.

Do exame da documentação que acompanha o presente plano de lei, após cumprimento da diligência, constatamos que os mesmos preenchem todos os requisitos exigidos pela lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula em nosso Estado, normas para a declaração de utilidade pública.

Isto posto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
TRAJANO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 192/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública o INSTITUTO DAS FILHAS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA, no município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 90, de 10 de setembro de 1985).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 192/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade declarar de utilidade pública o INSTITUTO DAS FILHAS E FILHOS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 219/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Professora POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 96, de 23.09.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 219/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, o presente plano de lei tem por finalidade a outorga de Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Professora Pompília Lopes dos Santos.

O projeto está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei 5.638, de 13.09.67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de benemerência paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, nos congratulando com seu autor pela iniciativa de enaltecer uma figura eminentemente paranaense e das mais conceituadas no cenário literário estadual, com a outorga da cidadania benemerita a esta personagem de nossa terra que tanto se tem destacado no cenário literário nacional.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 257/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 190/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$6.500.000.000 (seis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, destinados a cobrir despesas conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 106, de 09/10/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 257/85

PARECER:

Pela Mensagem 190/85, o Chefe do Poder Executivo encaminha a esta Casa de Leis, Projeto de Lei de n. 257/85, solicitando a autorização para abertura de Crédito Suplementar até o valor de Cr\$6.500.000.000 (seis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, destinados a cobrir despesas, conforme classificação orçamentária discriminada na referida proposição.

Constatamos a inexistência de impedimento constitucional ou legal para a normal tramitação do presente processo, e de acordo com os artigos 25 e 47 da Constituição do Paraná, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
TRAJANO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 257/85

PARECER:

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir Crédito Suplementar que especifica, visando alterar o Orçamento do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente à proposição, quanto ao seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade constante da justificativa que acompanha a mensagem.

Nestas condições e considerando que o presente plano de lei encontra-se revestido de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente
AUGUSTO CARNEIRO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 268/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAFEZAL", com sede e foro em Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 112, de 21/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 268/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAFEZAL", com sede e foro em Iporã.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao "Jornal do Estado", quando da invasão de sua redação, por policiais da Divisão de Segurança e Informações. Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do jurista paranaense René Ariel Dotti no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulação ao Doutor Adolpho Krüger Pereira, pela sua nomeação ao cargo de desembargador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando regime de preferência de votação ao Projeto de Lei n. 238/85. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando regime de preferência de votação ao Projeto de Lei n. 257/85. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando regime de preferência de votação ao Projeto de Lei n. 278/85. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar Relatórios Final e Parciais da CPI da corrupção. Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

12 Senhores Deputados aprovam; 8 Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 26.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Péricles Pacheco e Erondy Silvério.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quíelse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adnaíl Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edmar Luiz Costa, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli,

Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57), achando-se em licença o Sr. Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

O SR. IVAN GUBERT – (Pela Ordem) Requeiro, verbalmente, a inversão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) O Sr. Deputado requer inversão da Ordem do Dia. A Mesa atende.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 133/85, (ex-Proposição n. 36/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas de Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1984, repassada pelo Poder Legislativo à CABENFALE. Em Regime de Urgência. – Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 133/85

Artigo único. São aprovadas as prestações de contas da Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1984, repassada pelo Poder Legislativo à CABENFALE.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente
HERMAS BRANDÃO – Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N. 36/85

PARECER:

A presente proposição, originada do ofício n. 002/85, da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhando prestação de contas da Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1984, repassada pelo Poder Legislativo, à CABENFALE.

O demonstrativo da prestação de contas diz bem do empenho da CABENFALE, proporcionando satisfatória assistência aos Associados e Deputados.

Isto exposto, nosso parecer é pela Aprovação, na forma do

Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente
HERMAS BRANDÃO – Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 132/85, (ex-Proposição n. 35/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as prestações de contas da Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1983, repassado pelo Poder Legislativo à CABENFALE. Em Regime de Urgência. – Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 132/85

Artigo único. São aprovadas as prestações de contas da Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1983, repassada pelo Poder Legislativo à CABENFALE.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO – Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N. 35/85

PARECER:

A presente Proposição, originada do Ofício n. 009/85, da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhando prestação de contas da Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1983, repassada pelo Poder Legislativo, à CABENFALE.

O demonstrativo da prestação de contas diz bem do empenho da CABENFALE, proporcionando satisfatória assistência aos Associados e Deputados.

Isto exposto, nosso parecer é pela Aprovação, na forma do Projeto de Resolução, em, anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1985.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO – Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 274/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ – ASCEP, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Public. no D.A. n. 113, de 22/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 274/85

PARECER:

De autoria do Deputado Edgard Pimentel, o presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ – ASCEP, com sede nesta Capital.

Sob o aspecto ao qual esta Comissão é chamada a se pronunciar, entendemos que nada há a obstaculizar a tramitação do projeto em questão, de vez que preenche a todos os requisitos da legislação pertinente à matéria.

Desta forma, opinamos pela sua Aprovação, dando parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
NESTOR BAPTISTA – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 210/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS RADIOAMADORES DO PARANÁ – ARPA, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. – Aprovado. (Public. no D.A. n. 94, de 17/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 210/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Radioamadores do Paraná - ARPA, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria, Lei n. 6994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 137/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PARANAVAÍ, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Em Regime de Urgência. – Aprovado. (Public. no D.A. 68, de 01/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 137/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria – Lei n. 6994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 96/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que concede o Título de Cida-

Curitiba, quinta, em 14/11/85

dão Honorário do Paraná a JOSÉ JOFFILY. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. – Aprovado. (Public. no D.A. 49, de 30/05/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 96/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Joffily.

Nos termos da justificativa apresentada pelo autor e dos demais dados anexados ao projeto, temos que a matéria se encontra em consonância com os dispositivos legais normativos da legislação estadual pertinente, a qual seja, Lei n. 5638, de 13/9/67, não havendo qualquer óbice, quer legal, quer constitucional, que posam impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos, visando atender a melhor técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 96/85
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.^o – Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. JOSÉ JOFFILY.

Art. 2.^o – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 146/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que assegura às Prefeituras participação nos sorteios da Loteria Estadual, em 15 (quinze) por cento sobre o volume dos bilhetes vendidos, nos limites de cada Município, conforme especifica. Com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade, e Favorável da C.F., por maioria. Em Regime de Urgência. – (Public. no D.A. 57/84, de 19/06/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 146/84

PARECER:

O ilustre Deputado Nilso Romeu Sguarezi, através do presente plano de lei, de sua autoria, tem por finalidade assegurar às Prefeituras, participação nos sorteios da Loteria Estadual, em quinze por cento sobre o volume dos bilhetes vendidos nos limites de cada Município.

No que pesem os argumentos que motivaram o nobre Parlamentar a elaborar a presente proposição, conforme se vê dos termos da justificativa, somos todavia constrangidos, por força de inalienável prerrogativa desta Comissão, a proceder a análise do Projeto à luz dos preceitos constitucionais e legais, reguladores da matéria.

De qualquer maneira, não há como ignorar-se que o

projeto esbarra no proibitivo constitucional contido nos artigos 25, § 1.º, alínea "A", 35 e 47 da Constituição Estadual, que estabeleceu a competência exclusiva do Governador do Estado sobre matérias que representem ônus financeiro ao Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário ao presente plano de lei, face à sua inconstitucionalidade opinando-se pela sua Rejeição, nos reservando porém a votar favoravelmente à matéria, caso seu autor queira transformá-la em requerimento de sugestão ao Poder Executivo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA – Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 146/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, o projeto de lei em tela tem por finalidade assegurar às Prefeituras, participação nos sorteios da Loteria Estadual, em quinze por cento sobre o volume dos bilhetes vendidos nos limites de cada Município, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Finanças a que é chamada a opinar, temos que o projeto em si não encontra qualquer entrave que possa obstaculizar a sua tramitação por esta Casa, quanto ao seu aspecto financeiro.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – Relator

– Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

2 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma Ordinária para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 146/84.

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei ns. 43/84, 25, 41, 42, 72 e 129/85.

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei ns. 245/84, 96, 137, 158, 168, 171, 174, 192, 210, 219, 257, 268 e 274/85, e dos Projetos de Resolução ns. 132 e 133/85.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 225/85.

Levanta-se a Sessão.